



Liga-te

Habitação. Este é o tema central da 2.ª edição do «Liga-te», Boletim da Célula da NOS do Partido Comunista Português. A habitação é um direito constitucional que tem sido utilizado como mais um produto, num modelo económico altamente mercantilista e que despreza a dignidade da vida humana. Todos os dias somos confrontados, nas notícias, com despejos inumanos de famílias, com o escandaloso preço por metro quadrado das casas e com a inacção dos sucessivos governos. Na entrevista [páginas centrais] ao deputado do PCP Alfredo Maia são denunciadas as causas estruturais da crise da habitação e apontam-se as medidas do Partido Comunista para tornar as casas acessíveis para todos. Em 2024 fomos para a rua e fizemos ouvir a nossa voz. 2025 terá mais luta, pois pouco ou nada foi feito. O grande capital insiste em ignorar os trabalhadores que, todos os dias, saem de casa por um ordenado altamente insuficiente para fazer face à inflação generalizada. Regressam com a incerteza de amanhã ainda manterem esse tecto. Enquanto isso, assistimos aos lucros brutais e diários das grandes empresas e da banca. Ao interesse privado e ganancioso dos alojamentos locais



que, a um ritmo alucinante, expulsam as pessoas das suas cidades, desvirtuando a paisagem numa grande montra comercial para turistas. Algo tem de começar a mudar e a mudança faz-se com as pessoas. Assistimos também a um ataque aos pilares de Abril, ao mesmo tempo que empobrecemos enquanto trabalhamos, a perspectiva de encontrar uma casa a um preço suportável é ínfima e os jovens perpetuam o ciclo de pobreza das gerações anteriores, nomeadamente, porque deixam de poder deslocar-se para estudar. Não é isto que queremos para o país, não é justo que este seja o Portugal do futuro. Junta-te ao PCP!

A luta saiu à rua

Os trabalhadores do centro de contacto da NOS realizaram uma manifestação no dia 29 de Novembro em frente ao edifício de Campanhã, local onde opera a empresa de telecomunicações em conjunto com os vários parceiros de exploração. Uma delegação do Partido Comunista Português marcou presença no protesto, mostrando o seu apoio incondicional à luta por melhores salários, pela melhoria das condições laborais e pela redução do horário de trabalho sem perda de remuneração. O sector gera negócios de muitos milhões, mas a vida de quem trabalha num centro de contacto, numa loja ou num «backoffice» continua a ser de pura exploração, onde a valorização do trabalho é completamente ignorada através da política dos baixos salários e pela ausência de uma estrutura de carreiras que defina a qualificação profissional. Trabalhadores altamente especializados a receberem um salário mínimo, sem profissão reconhecida, com horários desregulados, contratos de duração incerta e tratados como descartáveis uniram-se, mais uma vez, na luta contra a desvalorização profissional e pessoal. Passado mais de um ano sem qualquer resposta por parte das empresas ao caderno reivindicativo, determinaram continuar a lutar, reclamando políticas que reduzam as desigualdades, exclusões e discriminações.

Recorde-se que os trabalhadores estiveram reunidos em plenário no dia 7 de Novembro e decidiram reforçar as acções de luta até serem ouvidos pelas várias empresas (NOS, Randstad, Manpower, Egor e Rhmais). Do encontro saiu a decisão de realização de greve nos dias 25 e 29 de Novembro; 2, 9 e 16 de Dezembro; e no período de 23 de Dezembro a 5 de Janeiro de 2025. “Os trabalhadores acreditam na razão da sua luta, identificam-se com as suas propostas reivindicativas que visam a melhoria das condições de trabalho, acreditam que através da luta é possível atingir os seus objectivos e, por estas razões, estão determinados em continuar a não desistir da luta”, explica o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (Sinttav).



Neste Natal, o PCP pede para todos os trabalhadores

- O aumento dos salários para todos os trabalhadores em pelo menos 15%, não inferior a 150€, e a fixação do Salário Mínimo Nacional nos 1000€ a 1 de Janeiro de 2025;

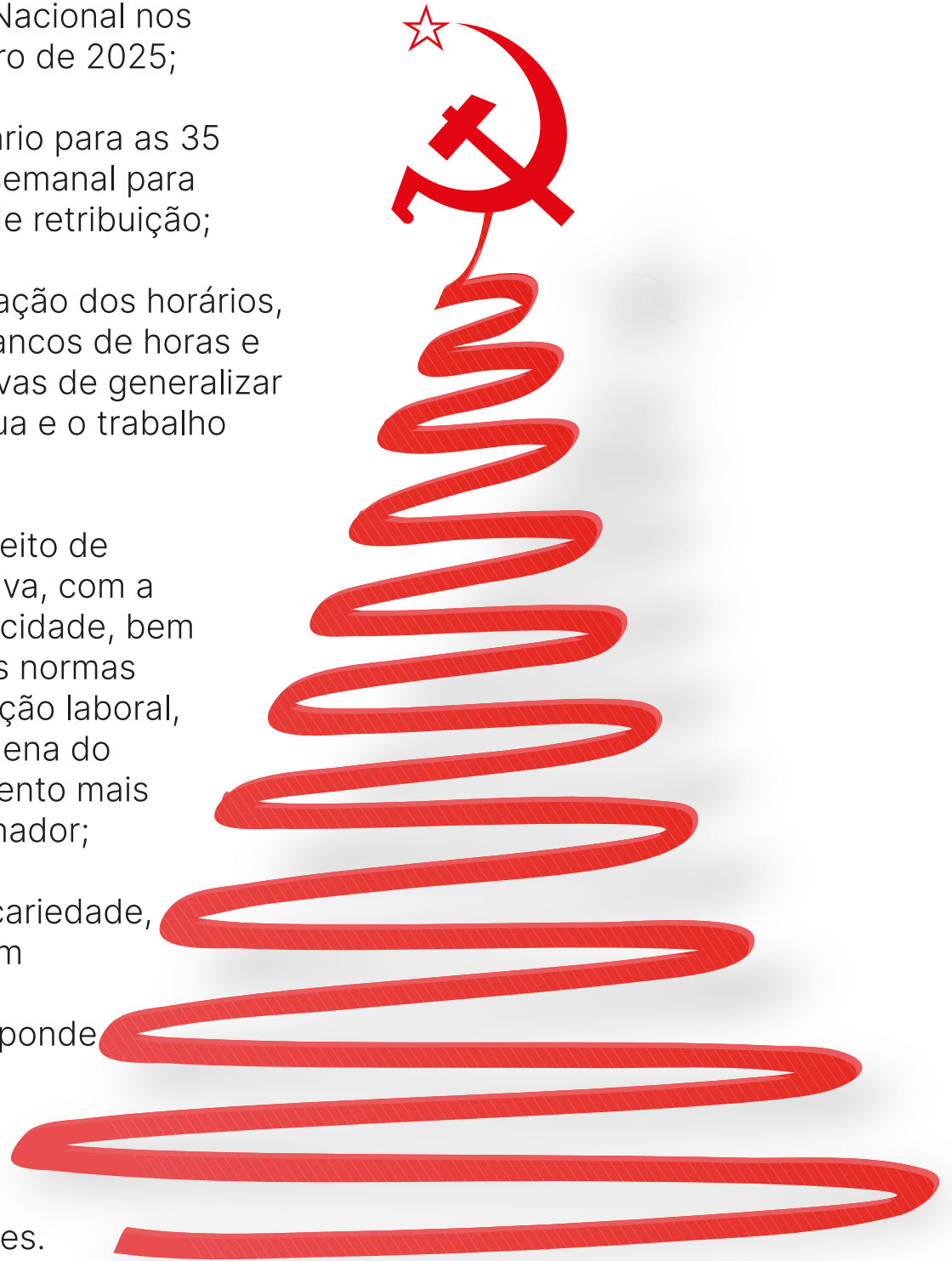
-A redução do horário para as 35 horas de trabalho semanal para todos, sem perda de retribuição;

-O fim da desregulação dos horários, adaptabilidades, bancos de horas e de todas as tentativas de generalizar a laboração contínua e o trabalho por turnos;

-A reposição do direito de contratação colectiva, com a revogação da caducidade, bem como das restantes normas gravosas da legislação laboral, e a reintrodução plena do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;

- O combate à precariedade, garantindo que a um posto de trabalho permanente corresponde um contrato de trabalho efectivo;

- A valorização das carreiras e profissões.



**FELIZ NATAL
E BOM ANO NOVO**

Habitação está cara porque

A recusa dos sucessivos governos de limitar os aumentos das rendas, o valor das prestações bancárias e a liberalização do mercado de arrendamento são algumas das razões estruturais que ajudam a explicar a grave crise da habitação que Portugal enfrenta, segundo o deputado do PCP à Assembleia da República eleito pelo círculo do Porto. Em entrevista ao «Liga-te», Alfredo Maia denuncia ainda a gula especulativa dos grandes senhorios, dos promotores imobiliários e dos bancos e recorda que a falta de habitação pública atinge cronicamente milhares de famílias portuguesas muito antes do aumento da imigração.

Portugal vive uma crise de habitação sem precedentes. O preço do metro quadrado nas cidades de Lisboa e Porto já ultrapassa o de muitas capitais europeias. Quais são os motivos que o PCP considera que nos trouxeram a esta penosa realidade?

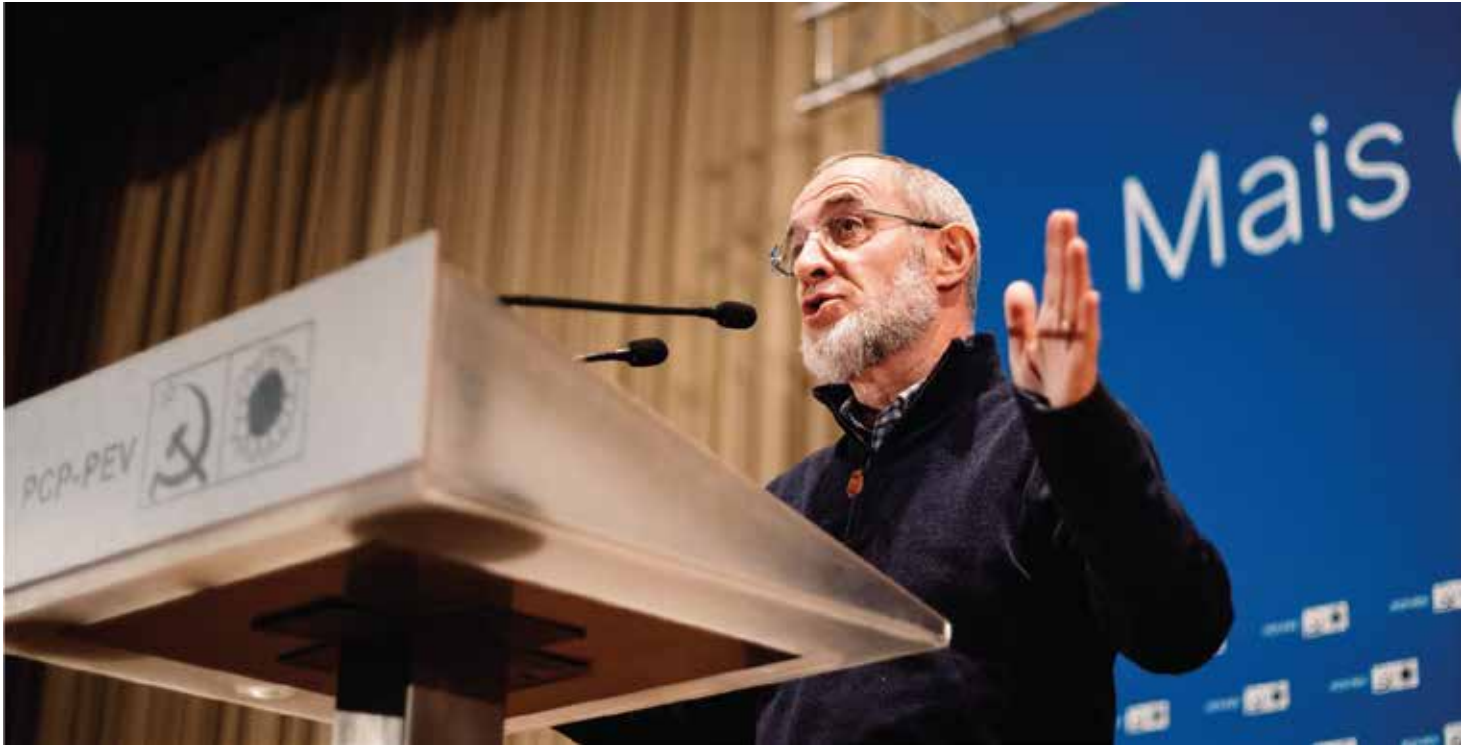
Os valores das rendas e os preços das habitações estão elevadíssimos, não porque correspondam ao seu custo real, mas porque alimentam a gula especulativa dos grandes senhorios, dos promotores imobiliários e dos bancos. Há três razões de fundo que ajudam a explicar a situação: a falta de uma política de solos que contrarie a escalada na formação dos custos com a construção; a recusa de sucessivos governos de limitar os aumentos das rendas e o valor das prestações bancárias; e a liberalização do mercado de arrendamento. A Lei Cristas entregou aos senhorios o poder de impor o preço que entendem e de despejar os inquilinos. O inquilino ainda não entrou na casa e já tem a corda ao pescoço.

Há muitos casos de rendas acertadas para 500 e tal ou mais de 600 euros e, antes do final do ano de vigência do contrato, o inquilino recebe a notificação de que a renovação só será possível com um aumento para 900, mil ou mil e muitos euros. Noutros casos, o senhorio, que já tem outras vítimas em fila, passa logo à denúncia.

Que medidas propõe o PCP para combater esta crise?

O Partido Comunista tem um conjunto de medidas que convergem para a resolução dos problemas da habitação sob várias formas. Uma estrutural, relacionada com a política de solos, é a limitação dos preços dos terrenos para construção, que são um factor decisivo na formação dos custos dos imóveis. O Estado e os municípios, detentores de inúmeros terrenos urbanizáveis, além de edifícios que podem ser reabilitados e adaptados, podem e devem colocá-los a preços baixos e justos à disposição de cooperativas, associações de

alimenta a gula especulativa



moradores e outras formas de organização colectiva, bem como para apoio à auto-construção. Outros terrenos de propriedade pública podem entrar no mercado a preços igualmente limitados, com a condição de os promotores imobiliários os fazerem reflectir honestamente nos preços finais. Estamos a falar de efeitos moderadores da intervenção pública. É também necessário o apoio e fomento das cooperativas de construção e habitação e associações de moradores, por limitações aos lucros com crédito bancário e às rendas. E pela promoção de habitação pública, com a mobilização de património público. Urge assegurar investimento da Administração Central na área da habitação, tendo como referência o investimento anual de 1% do PIB, em

termos médios, ao longo da legislatura, como consta do programa eleitoral do nosso Partido.

Assistimos nos últimos meses a uma polémica e novelesca negociação do Orçamento de Estado para 2025. Estamos perante um OE que dá resposta às necessidades das pessoas neste tema da habitação?

O Orçamento aprovado não serve nem responde aos problemas, necessidades e anseios das famílias dos trabalhadores (que são quem cria a riqueza), dos reformados e pensionistas. Não responde em termos da melhoria das condições materiais em geral, com o aumento e a valorização dos salários, das reformas e pensões. E não responde concretamente no domínio da habitação. O PCP, pelo contrário,

«A Lei Cristas entregou aos senhorios o poder de impor o preço que entendem e de despejar os inquilinos.»

PROPOSTA DO PCP

**Travar a especulação,
garantir e proteger
o direito à habitação**

REJEITADA

Voto contra: PSD, PS, Chega, IL, CDS

 PCP

apresentou medidas concretas, como:

- A criação de um programa-piloto, sob a responsabilidade do IHRU [Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana], de apoio à construção e disponibilização de habitação privada sem fins lucrativos, a partir de cooperativas de habitação, associações de moradores ou de desenvolvimento local, com pelo menos dez projectos-piloto em municípios em situação de carência habitacional, com a utilização de património público ou mesmo privado;
- A criação de um apoio à recuperação e reabilitação de imóveis devolutos ou destinados a fins não habitacionais, através de uma linha de crédito a taxa reduzida mediante condição de afetação do imóvel a habitação no regime da renda condicionada, podendo o IHRU tomar posse administrativa quando os proprietários de prédios devolutos não manifestem intenção de proceder à sua recuperação ou reabilitação;
- Alterações às regras dos contratos de crédito bancário, de modo a que os custos e encargos que formam a Taxa Anual Efectiva Global (TAEG) não sejam agravados quando aumentem as taxas Euribor, ou que o spread e outras condições contratuais possam ser afetadas, garantindo-se que os contratos possam ser renegociados sempre que a taxa de esforço ultrapasse os 35%, moratórias com possibilidade de não paga-

mento da amortização de capital, de transformação de contrato de crédito em contrato de arrendamento e proibição de hipoteca sobre imóvel de habitação própria;

- A criação de um regime especial de proteção da habitação arrendada face ao aumento das rendas, com coeficientes limites de actualização, e especialmente contra denúncia do contrato ou despejos por falta de pagamento de renda, quando se comprove a inexistência de rendimentos suficientes para assegurar a subsistência do arrendatário ou do agregado familiar, entre outras garantias;

- Um acréscimo ao financiamento do IHRU em 300 milhões de euros para o realojamento habitacional, à reabilitação do parque habitacional público e a promoção de habitação a custos controlados e renda condicionada.

Existe uma narrativa popular que aponta a imigração como um dos motivos para esta crise habitacional. O que tens a dizer sobre isto?

Essa narrativa deve-se à manipulação populista com motivações racistas e xenófobas contra os imigrantes. A falta de habitação pública atinge cronicamente muitos milhares de famílias portuguesas muito antes do boom de chegada de trabalhadores de outros países – e dos quais Portugal necessita! – e a especulação com as rendas e o esbulho com os encargos bancários são produto do capitalismo feroz.

O MIGALHÕES
DECIDE
REUNIR OS
TRABALHADORES



SOMOS A
OPERADORA
COM MAIS ROBOTS
DO PAÍS.
QUERO EXEMPLOS
DE COMO
OS RENTABILIZAR!

DIÁRIO DE UM EXPLORADO



DIMINUIR
NÚMERO DE
CHAMADAS
E AUMENTAR
LUCROS AOS
ACCIONISTAS...

DESPEDIR
COLABORADORES
E AUMENTAR
PRÉMIOS À
ADMINISTRAÇÃO...

JÁ PENSARAM
ALIVIAR A
CARGA DOS
TRABALHADORES
PARA AS
35H/SEMANAIS
SEM PERDA
DE SALÁRIO?

